



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

ENTIDADE CONVENIADA: **ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À VELHICE DE REGISTRO – LAR DOS VELHINHOS**

CNPJ: **51.763.101/0001-64**

RESPONSÁVEL (IS) PELA ENTIDADE: **NICIO TEIXEIRA**

Nº DO CONVENIO: **014/2014**

EXERCÍCIO: **2014**

VALOR DO REPASSE: **R\$ 25.720,90 (Vinte e cinco mil, setecentos e vinte reais e noventa centavos)**

Atestamos para fins de comprovação da aplicação dos recursos transferidos à Entidade acima, nos termos do artigo 370 das instruções nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

I – A Entidade está localizada à Rua Margarida Tomiko Kondo, nº 115, Jardim Hatori I, no município de Registro/SP e encontra-se em regular funcionamento. Conforme estabelece o artigo 4º do estatuto social são as seguintes as finalidades da entidade:

- 1) Desenvolver programas de assistência social à terceira idade;
- 2) Desenvolver programas de saúde
- 3) Desenvolver programas de assistência pras famílias;
- 4) Manter unidade de atendimentos ambulatoriais, exames e de internação;
- 5) Formar cuidadores de idosos;
- 6) Desenvolver programas de apoio psicológico;
- 7) Desenvolver programas especiais de nutrição, lazer e atividades culturais;
- 8) Organizar e administrar núcleos de atendimentos e oficinas de produção;
- 9) Organizar cursos, treinamentos, oficinas, workshops, palestras e seminários;
- 10) Desenvolver programas de atualização, preparação e qualificação profissional;
- 11) Desenvolver programas, estágios, estudos, projetos, extensão e pesquisas em parceria com faculdades, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes;
- 12) Desenvolver experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- 13) Integrar programas com o setor governamental/
- 14) Desenvolver programas de assessoramento e apoio jurídico;
- 15) Organizar feiras, encontros, exposições, simpósios, festas e atividades correlatas.

II – Recebemos a prestação de Contas, nos prazos regulamentares. Não houve aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade conveniada;

III – Datas dos repasses concedidos e das respectivas prestações de contas:

REPASSE CONCEDIDO		PRESTAÇÃO DE CONTAS
DATA	FONTE DE RECURSO	DATA
26/02/2014	ESTADUAL	25/03/2014
01/04/2014	ESTADUAL	17/04/2014
25/04/2014	ESTADUAL	20/05/2014
26/05/2014	ESTADUAL	25/06/2014



30/06/2014	ESTADUAL	11/07/2014
15/07/2014	ESTADUAL	18/08/2014
20/08/2014	ESTADUAL	18/09/2014
24/09/2014	ESTADUAL	15/10/2014
20/10/2014	ESTADUAL	14/11/2014
20/11/2014	ESTADUAL	19/12/2014
22/12/2014	ESTADUAL	15/01/2015

IV – Apresentamos no quadro abaixo os valores transferidos, identificando numero, data e valor da respectiva nota de empenho, por fonte de recurso:

Nº DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	FONTE DE RECURSO	VALOR DO EMPENHO	VALOR TRANSFERIDO
1524/001	26/02/2014	ESTADUAL	R\$ 4.280,00	R\$ 4.280,00
1524/002	26/03/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
1524/003	22/04/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
1524/004	21/05/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/005	26/06/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/006	11/07/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/007	18/08/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/008	19/09/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/009	16/10/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/010	17/11/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
5648/011	09/12/2014	ESTADUAL	R\$ 2.140,00	R\$ 2.140,00
14.843/001	19/12/2014	ESTADUAL	R\$ 40,90	R\$ 40,90
			TOTAL	R\$ 25.720,90

Obs: houve anulação do empenho 1524/001, 1524/002, 1524/003 e 1524/004, sendo substituídos pelos empenhos 5648/001, 5648/002, 5648/003 e 5648/004.

V – Não houve rendimentos de aplicação financeira.

VI – Abaixo os valores aplicados no objeto do repasse e não houve glosas, conforme quadro abaixo:

DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	VALOR APLICADO
25/03/2014	R\$ 4.280,00
17/04/2014	R\$ 2.140,00
20/05/2014	R\$ 2.140,00
25/06/2014	R\$ 2.140,00
11/07/2014	R\$ 2.140,00
18/08/2014	R\$ 2.140,00
18/09/2014	R\$ 2.140,00
15/10/2014	R\$ 2.140,00
14/11/2014	R\$ 2.140,00
19/12/2014	R\$ 2.140,00
15/01/2015	R\$ 2.180,90
TOTAL	R\$ 25.720,90

VII – Não houve devolução de valor glosado.

VIII - Não houve devolução de eventuais saldos não utilizados.



IX-O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

X - Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais compreendidos na área da pessoa idosa com 60 anos ou mais, de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade e sem vínculos familiares, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio. A opção pelo conveniamento no presente caso se justifica por se revelar a forma mais vantajosa de prestação de serviços de interesse público na área de atuação em questão, sob o prisma da relação custo-benefício entre os fins alcançados e os recursos empregados para tanto, observando, assim, o princípio da economicidade. Registramos, também, que todos os valores que constam do Plano de Trabalho expressam e comprovam a execução das ações propostas. No que diz respeito aos quantitativos de cada bem e serviço que consta do Plano de Trabalho, esclarecemos que foram analisados pela equipe técnica competente deste ente, que confirmou que a execução do objeto efetivamente demanda o uso de bens e serviços naquelas exatas quantidades. Considerando à excepcionalidade desta opção para formar o vínculo de cooperação, visto que o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos preconizado na Lei nº 8742 do SUAS, se faz necessário para que o Município possa atender aos serviços tipificados da Assistência Social. O critério de escolha do conveniado se deu por conta de não existir no Município nenhum equipamento da área da Assistência Social, que realize o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos.

As atividades a serem executadas pela Entidade:

- Acolher e garantir proteção integral;
 - Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
 - Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
 - Possibilitar a convivência comunitária;
 - Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
 - Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
 - Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.
 - Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;
 - Desenvolver condições para a independência e o auto-cuidado;
 - Promover o acesso a renda;
 - Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência.
- Atestamos, portanto, a adequação e real necessidade dos gastos previstos no Plano de Trabalho.

XI – Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

XII – Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pela Secretaria Gestora e pelo Controle Interno do Município;

XIII - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

XIV – Os recursos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, de acordo com o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de metas;

XV – Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse, o número do convênio e o órgão repassador do recurso a que se referem.

XVI – Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas.



XVII - Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XVIII - A existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Município, cujo responsável é o Senhor Ricardo Ferreira Hiraide, portador do CPF nº 215.917.248-05.

CONCLUSÃO

Em face de todo o exposta acima, emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL** à Prestação de Contas ora apresentada.

Registro, 13 de maio de 2.015

CRISTIANE MARQUES

Secretária Municipal de Assistência Des. Social e Economia Solidária

RICARDO FERREIRA HIRAIDE

Diretor do Depto. Do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Registro

GILSON WAGNER FANTIN

Prefeito Municipal de Registro